

O FUTURO DO PRETÉRITO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DECLINAÇÕES DOS DIREITOS SOCIAIS SOB A ÉGIDE DE “UMA PONTE PARA O FUTURO”

THE FUTURE OF THE PAST TENSE IN BRAZILIAN
EDUCATION: DECLINATIONS OF SOCIAL RIGHTS
UNDER THE AEGIS OF “A BRIDGE TO THE FUTURE”

Rafael da Silva Mattos¹
Wecisley R. do Espírito Santo²
Juliana Brandão Pinto de Castro³
Jeferson Moebus Retondar⁴
Leonardo Hernandez Oliveira⁵
Stephany Nascimento⁶

RESUMO: o presente ensaio objetiva adotar uma posição sociopolítica sobre o projeto publicado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em outubro de 2015. O documento, de nome *Uma Ponte para o Futuro*, em face das propostas, apresenta-se como *Um Muro diante do Presente*, uma cegueira do passado e uma miopia diante do futuro. O plano não só retrocede em relação aos ganhos sociais, mas inviabiliza e engessa a Educação, a Saúde, a Cultura e toda sorte de esperança para a população brasileira economicamente menos favorecida. Não se trata somente de uma violência abrupta que faz retroceder anos de ganhos sociais, mas da afirmação que tais ganhos nunca deveriam ter sido oportunizados. Percebe-se, assim, que o projeto *Uma ponte para o futuro* não é um passaporte para o futuro, mas uma resposta ao grande capital, reduzindo a educação à mercadoria.

Palavras-chave: Educação. Uma Ponte para o Futuro. Partido do Movimento Democrático Brasileiro. PMDB. Crise.

ABSTRACT: This essay aims to adopt a socio-political position on the project published by the Brazilian Democratic Movement Party (PMDB), in October 2015. The document, called *A Bridge to the Future*, in face of the proposals, is more to *A Wall against the Present*, a past blindness and a myopia about the future. The plan not only backtracks social benefits, but also paralyzes and makes Education, Health and Culture impracticable. It also damages all kind of hope for the Brazilian population economically less favored. This is not only an abrupt violence that reverses years of social gains, but also the statement that such gains should never have been allowed. Therefore, it is clear that the project *A Bridge to the Future* is not a passport to the future, but a response to the great capital, reducing education to a merchandise.

Keywords: Education. A Bridge to the Future. Brazilian Democratic Movement Party. PMDB. Crisis.

¹ Professor Adjunto do Departamento de Ciências da Atividade física da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor do Programa de Pós-Graduação de Ciências do Esporte e do Exercício da UERJ. Doutor em Saúde Coletiva (Ciências Humanas e Saúde) pelo Instituto de Medicina Social da UERJ. Bacharel em Filosofia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ.

² Professor Adjunto do Instituto de Educação Física e Desportos (IEFD/UERJ). Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador do Colégio Brasileiro de Altos Estudos (UFRJ).

³ Professora do Instituto de Educação Física e Desportos (IEFD/UERJ). Mestre em Alimentação, Nutrição e Saúde (UERJ). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Exercício e do Esporte (UERJ).

⁴ Professor Associado do Instituto de Educação Física e Desportos (IEFD/UERJ). Doutor em Educação Física (UGF). Psicanalista e coordenador do Laboratório do Imaginário Social sobre Atividades Corporais e Lúdicas (IEFD/UERJ).

⁵ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Exercício e do Esporte (UERJ). Bolsista da CAPES.

⁶ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Exercício e do Esporte (UERJ). Servidora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



1 INTRODUÇÃO

Para isso é necessário em primeiro lugar acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação, em razão do receio de que o Executivo pudesse contingenciar, ou mesmo cortar esses gastos em caso de necessidade, porque no Brasil o orçamento não é impositivo e o Poder Executivo pode ou não executar a despesa orçada (PMDB, 2015, p. 9).

Esse trabalho é uma construção de alguns professores que decidiram adotar uma posição sociopolítica sobre o projeto *Uma Ponte para o Futuro*, publicado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em 29 de outubro de 2015. Privilegiamos reportagens da imprensa recente a fim de exemplificar, com base empírica, as discussões teórico-conceituais aqui realizadas. Ainda que seja possível nomear, em parte, a imprensa de “esquerda” e “direita”, não é nosso propósito fazê-lo nesse momento.

O presente ensaio é uma análise da política de educação⁷ expressa no programa *Uma ponte para o futuro*, hoje utilizado para orientar o governo interino de Michel Temer, na presidência da república. A leitura integral do documento suscitou hipóteses interpretativas que nos levaram a articular a proposta especificamente educacional com as linhas gerais da plataforma ali enunciada. Eis, portanto, o que o leitor encontra nesse ensaio: uma apreciação crítica do estatuto dos direitos sociais no programa peemedebista,

⁷ Afirmar que há uma política de educação expressa no programa referido é formulação incompleta; importa acrescentar que não há explicitamente um programa de educação apresentado. Com efeito, o termo educação aparece três vezes no texto. A primeira, na página 6, para sugerir que os gastos primários no Brasil, por exemplo, com educação, têm crescido acima do produto interno bruto (PIB). Ora, é evidente que um país que pretende democratizar o acesso à educação, tendo historicamente reservado à área, em média, não mais que 4% do orçamento anual (contra cerca de 45% destinado ao serviço da dívida pública, nos últimos anos) – estando, portanto, muito aquém dos países que consolidaram um sistema público de educação de qualidade –, precisará elevar os investimentos em educação acima do crescimento do PIB. A segunda aparição do termo se dá na página 9, onde se defende o fim da vinculação orçamentária constitucional que garante recursos, por exemplo, para educação. Finalmente, na página 12, figura a última referência ao tema, onde se atribui as causas da precariedade da política educacional aos “excessivos” gastos com a previdência social.

em geral, tomando como mote o direito à educação, em particular.

O PMDB conta com nomes célebres da política, como o Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, e o Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, atualmente com atividades parlamentares suspensas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). É um partido influente no cenário político brasileiro e, sobretudo, no presidencialismo de coalizção.

Através de José Sarney, a legenda governou o país de 1985 a 1990. Em 1988, durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, surge o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), como uma dissidência do PMDB contrária à liderança de Orestes Quécia. O peemedebista Ulysses Guimarães disputou, sem êxito, as eleições presidenciais de 1989, com ínfimos 4,7% dos votos nacionais (SCHMITT, 2005).

No quesito corrupção, o PMDB ocupa um lugar de destaque. Em 2007, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), com base em dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral, divulgou um balanço apresentando os partidos com maior número de parlamentares cassados por corrupção desde o ano 2000. O PMDB apareceu em segundo lugar na lista, com 19,5% das cassações – o correspondente a 66 políticos cassados –, atrás apenas do Democratas (DEM), com 20,4%.

Nesse diapasão, a Revista Veja coloca que

[...] para a liderança do governo na Câmara, por exemplo, Temer escolheu o deputado André Moura (PSC-CE), praticamente um concentrado de tudo o que os brasileiros demonstraram rejeitar nas ruas. Moura é réu em três ações penais no Supremo Tribunal Federal, uma delas por tentativa de homicídio. O deputado foi prefeito da cidade de Pirambu, em Sergipe, por dois mandatos, até 2004. Depois que o novo prefeito assumiu, no entanto, não achou nada demais continuar a fazer uso de bens e serviços custeados pela administração como carros e motoristas oficiais. Seu sucessor delatou a prática e passou a receber ameaças de morte, que culminaram com uma troca de tiros [...]. Moura foi acusado de envolvimento no crime. As outras duas ações referem-se à acusação de desvios de dinheiro público e participação na corrupção da Petrobrás (BARROS, 2016, p. 48-49).

O PMDB pretende executar um modelo de política centrada na sacralização do setor

privado como sendo o reino exclusivo da liberdade, da criatividade, da imaginação e do dinamismo (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2005). A política neoliberal exposta pelo Programa assemelha-se muito com o modelo aplicado na década de 90 pelo até então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC).⁸

O pressuposto que subjaz ao presente exercício analítico é – como sugerem alguns dos melhores economistas (DEATON, 2013; PIKETTY, 2014) – que o direito à educação constitui a principal “ponte”⁹ de efetivo acesso aos demais direitos sociais, bem como o principal agente de redução das desigualdades sociais e econômicas. Por conseguinte, o grau de ênfase conferida por um projeto de governo, sobre a importância da educação para a vida social de uma população, pode ser ativado como um instrumento de aferição da eficácia deste projeto na garantia dos demais direitos.

2 OS DIREITOS SOCIAIS

O objetivo central de desmantelamento dos direitos sociais, em geral, e da educação, em particular, a um só tempo, se evidencia e se oculta no jogo de termos e argumentos que compõe o programa *Uma ponte para o futuro*, o qual traz as diretrizes do governo de Michel Temer (PMDB). O próprio título constitui-se de um misto de evidência e opacidade semântica como condição de possibilidade para impor, dissimuladamente, o programa da financeirização absoluta da vida social e a consequente redução drástica do valor social da força de trabalho – que supõe, como veremos, uma educação pública reduzida a um conhecimento de baixa complexidade.

Na praça Haymarket, em Chicago, no dia 1º de maio de 1886, e depois em Fourmies, no norte da França, em 1º de maio de 1891, as forças do Estado

⁸ O octênio do FHC foi caracterizado por vias legislativas e por medidas ostensivas para restringir o crescimento do setor público federal, estimulando cada vez mais a privatização.

⁹ As aspas servem para sinalizar a inversão que propomos frente ao significado nativo do termo, no programa peemedebista. Uma ponte, como infraestrutura de mobilidade geográfica, constitui um meio de atravessar um rio ou, o que é mais apropriado para a metáfora em foco, um abismo. O abismo implícito na metáfora do programa do PMDB é a austeridade fiscal. Contudo, diferente de uma ponte viária, a ponte metafórica não se apoia sobre as margens de um rio ou abismo, senão sobre as costas dos trabalhadores.

atiraram, com intenção de matar, em grevistas que reivindicavam aumentos de salários. Será que o confronto entre capital e trabalho pertence ao passado, ou será ele um elemento-chave do século XXI? (PIKETTY, 2014, p. 45).

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Assim está estabelecido no artigo 205 da Carta Magna (BRASIL, 1988). A educação como direito social é uma construção sócio-histórica do Estado Moderno como responsável pela prestação de bens e serviços à população. Os direitos sociais estão fundamentados em três princípios: Reserva do Possível, Vedação ao Retrocesso e Mínimo Existencial. O primeiro princípio estabelece que o poder público deve efetuar política na medida do financeiramente possível. Cabe ao Estado destinar dotação orçamentária para garantir os direitos sociais. O segundo princípio estabelece que a proteção dos direitos sociais deve sempre melhorar e ser ampliada. Por fim, o princípio do mínimo existencial estabelece que o Estado deve garantir o mínimo necessário para a existência da pessoa (CANOTILHO, 2003).

Sem embargo, o projeto *Uma ponte para o futuro* aponta para uma retração do investimento público em programas sociais, com orçamento impositivo, engessado no que for determinado pelo legislativo a partir da proposição do executivo, além da criação de uma espécie de conselho dos dois poderes para avaliar periodicamente os programas quanto a continuidade e orçamento a eles destinado. Um exemplo é a nova Desvinculação das Receitas da União (DRU) que retira mais de R\$ 100 bilhões da educação e saúde, aprovada no Congresso Nacional em 2016.

A proposta do PMDB afirma que, para o Brasil voltar a crescer economicamente, é necessário rever as vinculações constitucionais estabelecidas, como as despesas com educação e saúde. O fim das vinculações implica em um Estado que reduz seu papel de provedor da educação pública, gratuita e de qualidade. O projeto está na contramão do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (BRASIL, 2014) e esboça uma visão mercantil da economia, mais preocupada com a regulação do mercado do que com o bem-estar social da população.

O PNE destaca a necessidade do investimento mínimo de 10% do produto interno bruto (PIB) em educação ao final do decênio. A lei nº 12.858 (BRASIL, 2013), que destina 75% dos royalties do petróleo e do pré-sal para a educação, sancionada pela Presidente Dilma Rousseff em 2013, também amplia os recursos para a educação. A União, os estados e municípios devem investir o mínimo de 18% e 25% em educação, respectivamente. Tudo isso pode ser perdido com a proposta do PMDB. O PNE dá continuidade ao processo histórico de consolidação das orientações para concretizar a democratização da educação. Avança incorporando objetivos, metas e novas formas de financiamento.

Como alcançar essas metas diminuindo o orçamento para a educação? A educação é o mote privilegiado para analisar o programa do PMDB, sugerindo que o desmantelamento da educação é uma condição precípua para a subtração do fundo público em benefício do sistema financeiro e em detrimento dos direitos sociais. Os próprios subterfúgios do programa, a maneira como, por meio do jogo de metáforas e eufemismos, dissimula o programa de austeridade fiscal, depende da fragilidade da formação e da falta de familiaridade com o discurso político profissional por parte dos trabalhadores como pré-condição para sua aceitação.¹⁰

A questão central do documento é a reforma estrutural do estado, transformando-o em Estado mínimo no que concerne à responsabilidade social, bem como apresentando, de maneira austera, o reordenamento da economia. Esse novo papel do Estado, mínimo e regulador, foi proposto pelo Consenso de Washington no final da década de 1980, com ampla participação dos Banco Mundial (BIRD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). As demandas quantitativas se sobressaem no documento em relação a qualquer julgamento de valor qualitativo sobre as conquistas realizadas até então, principalmente e

¹⁰ Se a educação será contingenciada, o que pensar de outras áreas que são subfinanciadas há anos? Curiosamente, o PMDB participou nos últimos treze anos com o PT no comando da política nacional assumindo a vice-presidência da república, bem como vários ministérios. *Uma Ponte para o futuro* parece se revelar muito menos como um documento que irá salvar o país e muito mais como um documento que procura apresentar o PMDB como isento de qualquer tipo de corresponsabilidade relativa aos seus doze anos de mandato.

inegavelmente na área social. O texto fala prolixamente em números, percentuais e metas anuais, chegando ao ápice quando afirma que o limite é não ter limites, como, por exemplo, “as modernas democracias de massa não parecem capazes de conviver passivamente com o fim do crescimento econômico” (PMDB. 2015. p. 3).

O pacto social que o PMDB quer estabelecer é o mesmo descrito por Locke (1983; 1988) no século XVII. Trata-se de um pacto de consentimento que objetiva preservar as propriedades privadas, as liberdades e garantias individuais. O problema é que esse modelo provoca injustiça e iniquidade social, pois tenta conciliar a liberdade e a igualdade (RAWLS, 2005) de forma ingênua e superficial, sem tratar da estrutura socioeconômica (MARX, 2007).

Kant (2004) afirma que o convívio entre os seres humanos só é possível se baseado na obediência à lei moral. A questão que nos espanta é: qual é a lei moral da classe política brasileira? É a lei racional *a priori* kantiana?

O presidente do Senado é detentor de um recorde incômodo para sua biografia. Ele é o político com mais processos por corrupção no STF no âmbito da Operação Lava Jato: são nove no total. Em outro caso rumoroso, Renan é acusado de apresentar notas fiscais falsas ao Conselho de Ética do Senado em 2007. À época, ele renunciou ao cargo de presidente do Senado para escapar da cassação de seu mandato [...]. O senador tem negado ligação com o esquema de corrupção da Petrobras. Em nota divulgada em abril, a assessoria do peemedebista disse que o senador reitera que é zero a chance de ter participado ou cometido irregularidades. Sobre a acusação de 2007, Renan admitiu, em fevereiro de 2016, ter cometido um “excesso”, mas disse que o caso envolve uma questão pessoal que precisa ser preservada (UOL, 2016).

Parece que os governantes brasileiros são utilitaristas (MILL, 1861), pois procuram maximizar o prazer da pseudomaioria sem distinguir ou respeitar a pluralidade das formas de viver e pensar. O elitismo brasileiro evidencia que a desigualdade tem raiz na distribuição desigual do poder (BOURDIEU, 1977) e não apenas na renda. A minoria domina a maioria num jogo que inviabiliza a alternância do exercício do poder, privilegiando castas políticas. O poder permanece nas mãos de poucos que se alternam sem mudar a estrutura política.

O Brasil parece retroceder de uma burocracia racional-legal (WEBER, 1988) para uma dominação tradicional. Os membros do aparelho de Estado continuam a ser escolhidos com base nos laços, se não mais de parentesco, eleitorais. O fisiologismo e o clientelismo continuam vivos.

A longa mão de Eduardo Cunha foi identificada na nomeação de André Moura para líder do governo. Moura é discípulo direto de Eduardo Cunha. E Eduardo Cunha, segundo as evidências, só está impedido de sentar na cadeira de presidente da Câmara; não deixou de comandá-la, da casa oficial que continua a ocupar. Resolução dos camaradas na Mesa permitiu que, além da casa, ele mantivesse direito ao salário (33700 reais), seguranças, carro oficial, transporte aéreo e verba para manter o gabinete, inclusive o pagamento de assessores (92000 reais) (TOLEDO, 2016, p. 122).

Os políticos têm discursado que o presidencialismo de coalização levou o Poder Executivo a criar um balcão de cargos. Portanto, o Brasil deveria pensar em modificar o sistema de governo para o Parlamentarismo. O clientelismo, relação política em troca de apoio, não é um problema do Presidencialismo: é um problema moral. É uma prática alicerçada na corrupção endêmica e epidêmica.

Temer demitiu um ministro enrolado na Lava-Jato e colocou no lugar um ministro enrolado na Zelotes – e lembre-se que prometia um ministério de notáveis. [...] fica mais difícil para Temer ganhar a confiança dos brasileiros, entre os quais 58%, de acordo com a última pesquisa, não gostariam de tê-lo na Presidência da República (COURA, 2016, p. 47).

Os direitos sociais não podem retroceder por ações de *Uma ponte para o futuro*, pois são construções históricas dos trabalhadores que se organizaram para defender seus interesses constatando que a soberania é do povo. Todo poder emana do povo (BRASIL, 1988; ROUSSEAU, 1991) que o exerce diretamente ou por meio de seus representantes eleitos.

3 CRISE FISCAL OU CRISE MORAL?

Este programa destina-se a preservar a economia brasileira e tornar viável o seu

desenvolvimento, devolvendo ao Estado a capacidade de executar políticas sociais que combatam efetivamente a pobreza e criem oportunidades para todos. Em busca deste horizonte nós nos propomos a buscar a união dos brasileiros de boa vontade. O país clama por pacificação, pois o aprofundamento das divisões e a disseminação do ódio e dos ressentimentos estão inviabilizando os consensos políticos sem os quais nossas crises se tornarão cada vez maiores (PMDB, 2015, p. 2).

Vale escrutinar preliminarmente o significado sub-reptício de expressões como “boa vontade”, “pacificação” e “consensos políticos”. “Boa vontade” quer dizer resignação frente à transferência da crise rentista aos trabalhadores. “Pacificação” refere-se à neutralização mediante (paradoxalmente) repressão aos movimentos sociais contestatários do programa fiscal. “Consensos políticos” constitui eufemismo para imposição hegemônica da *doxa* ultraliberal. O novo líder do Ministério do Desenvolvimento Social e da Reforma Agrária, Osmar Terra (PMDB), fala, no dia 12 de maio de 2016 (quando da posse do vice-presidente Michel Temer), em “guerra” aos movimentos sociais, ameaçando cortar verbas públicas destinadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para fins de reforma agrária (BRASIL 247, 2016).

Cerca de uma semana antes do afastamento da presidenta Dilma Rousseff, o vice-presidente Michel Temer já havia sinalizado o intento de recriar o Sistema Nacional de Informação (SNI) (MARCELINO, 2016). O mesmo artigo argumenta que à recriação do SNI subjaz o ideário de “identificar e eliminar” o “inimigo interno”. Em suma, as noções de “boa vontade”, “paz” e “consenso” implícitas no programa de governo em foco pertencem ao mesmo campo semântico no qual figura a lógica que subjaz à militarização e criminalização das favelas cariocas, levadas a curso sob a denominação de “polícia pacificadora” (ROCHA, 2013) pelo governo estadual do Rio de Janeiro (há décadas comandado também pelo PMDB).

O segundo parágrafo do programa se adianta a sintetizar o que de resto apenas detalha ao longo de todo o texto:

A presente crise fiscal e, principalmente econômica, com retração do PIB, alta

inflação, juros muito elevados, desemprego crescente, paralisação dos investimentos produtivos e a completa ausência de horizontes estão obrigando a sociedade a encarar de frente o seu destino. Nesta hora da verdade, em que o que está em jogo é nada menos que o futuro da nação, impõe-se a formação de uma maioria política, mesmo que transitória ou circunstancial, capaz, de num prazo curto, produzir todas estas decisões na sociedade e no Congresso Nacional. Não temos outro caminho a não ser procurar o entendimento e a cooperação. A nação já mostrou que é capaz de enfrentar e vencer grandes desafios. Vamos submetê-la a um novo e decisivo teste (PMDB, 2015, p. 2).

Não é de menor importância a ordenação dos adjetivos referentes à crise – primeiro a fiscal, depois a econômica (em que pese o advérbio de modo “principalmente”, que tenta inverter enganosamente a genuína hierarquia de prioridades do programa). Fattorelli (2013) tem argumentado como o mecanismo da dívida pública se converteu no principal dispositivo de transferência da crise bancária mundial para os estados nacionais. As operações financeiras sem lastro (os “papéis podres”, tais como os chamados derivativos) geraram uma bolha que levou o sistema financeiro mundial a uma crise sem precedentes.

Neste cenário, a compra dos “papeis podres” pelos estados nacionais mediante a emissão de títulos da dívida pública (notadamente, na periferia do capitalismo e, sobretudo no Brasil, a juros exorbitantes) compreendeu a principal estratégia de transformação da crise financeira em crise fiscal dos estados.

Porém, o aspecto mais grave da política fiscal reside nos mecanismos ilegais – verdadeiros sistemas estruturais de corrupção que assumem uma aparência de legalidade – que levam ao crescimento da dívida em escala astronômica: capitalização de juros, emissão de títulos públicos para pagamento de juros, anatocismo, recuperação de dívida prescrita por meio de operações financeiras de reciclagem, estatização de dívidas privadas, operações de *swap* (nas quais o Estado garante a rentabilidade de câmbio ao setor privado, assumindo todos os riscos das operações cambiais), dentre outros, que somente uma auditoria da dívida poderia identificar com precisão (FATTORELLI, 2013). No entanto, as causas apontadas pelo programa de Michel Temer e seus correligionários para o aumento da dívida pública invertem de modo diametral a dinâmica da economia brasileira.

O Estado brasileiro vive uma severa crise fiscal, com déficits nominais de 6% do PIB em 2014 e de inéditos 9% em 2015, e *uma despesa pública que cresce acima da renda nacional*, resultando em uma trajetória de crescimento insustentável da dívida pública que se aproxima de 70% do PIB, e deve continuar a se elevar, *a menos que reformas estruturais sejam feitas para conter o crescimento da despesa* (PMDB, 2015, p. 3, grifos nossos).

Veremos mais detidamente abaixo o que significa “despesa pública” do ponto de vista do PMDB, mas vale adiantar que – conforme a *doxa* do Consenso de Washington que subjaz ao programa – a expressão se refere exclusivamente às parcelas do orçamento que visam garantir os direitos sociais da Constituição de 1988¹¹. Por ora, basta dizer que é a política propalada como antídoto o que envenena as finanças públicas – qual seja, a financeirização descontrolada da economia.

O empresário tende inevitavelmente a se transformar em rentista e a dominar cada vez mais aqueles que só possuem sua força de trabalho. Uma vez constituído, o capital se reproduz sozinho, mais rápido do que cresce a produção. O passado devora o futuro. As consequências podem ser terríveis para a dinâmica de longo prazo da divisão da riqueza [...] (PIKETTY, 2014, p. 555).

Boschetti (2013) denuncia que o Brasil está na posição 85^º no ranking do índice de desenvolvimento humano (IDH). Apesar de o IDH ser confundido com um índice de felicidade ou do melhor lugar para viver, essa variável nos ajuda a aferir o que a Organização das Nações Unidas (ONU) considera serem as condições essenciais para a qualidade de vida: renda, saúde e educação.

A autora afirma que a financeirização e a mundialização do capital demonstram como a esfera financeira se alimenta da riqueza gerada pela exploração da força de trabalho. Os efeitos são desemprego crescente, desestruturação e precarização do trabalho, redução de direitos sociais, imposição de políticas de austeridade monetária e fiscal por organizações internacionais. Boschetti utiliza os próprios dados oficiais do

¹¹ A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, diz o seguinte: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para mostrar que o orçamento federal destinou 4% para saúde, 2,85% para educação, 2,29% para políticas de trabalho, 0,41% para segurança pública, 0,12% para a reforma agrária e 47,19% utilizados para pagamento de juros. Dowbor (2015) afirma que no Brasil não há um fomento real ao consumo, mas sim ao crédito. Não é o imposto o vilão, é o desvio da capacidade de compra para o pagamento de juros. O autor examina o crédito rotativo do Banco Santander para pessoa física que, no momento da pesquisa, era de 16,99% ao mês. Contudo, no ano, o crédito, a partir de juros compostos, era de 633,21%. A atividade básica de um banco, que seria de reunir capital para transformá-los em financiamento de atividades produtivas e econômicas, parece não ser tão relevante para os bancos que vivem de monetarização e financeirização do mercado. A Polônia que melhor enfrentou a crise na Europa de 2008, tem 470 bancos cooperativos. Um dos economistas do país afirmou “o nosso atraso bancário nos salvou da crise”.

No que se refere à crise econômica, o documento negligencia uma definição abrangente de economia em benefício da obsessão estreita com a “retração do PIB”. Em termos comparativos, o Brasil possuía, em 2002, R\$ 16 bilhões de reservas internacionais contra R\$ 376,3 bilhões, em 2016. Entrementes, o PIB *per capita* passou de US\$2.860 para US\$15.900, enquanto o país subiu da 13ª para a 9ª no *ranking* do PIB mundial.¹² No entanto, economistas brilhantes, como Thomas Piketty (2014), têm demonstrado que a retração do crescimento do PIB constitui uma tendência altamente provável para o presente e o futuro da economia mundial.

Com exceção de períodos de recuperação que se seguem a crises econômicas, a média do crescimento anual do PIB, nos últimos 200 anos, foi de cerca de 0,8%. Piketty (2014) argumenta que isso foi suficiente para transformar a geografia do planeta numa escala sem precedentes, tendo levado ao acúmulo de riqueza e a revoluções tecnológicas inimagináveis. Sem dúvida, poder-se-ia argumentar que países da periferia do capitalismo,

¹² Fonte: <http://www.fazenda.gov.br/>

como o Brasil, têm ainda uma imensa margem de crescimento econômico frente aos países de capitalismo central.

A história da distribuição da riqueza jamais deixou de ser profundamente política, o que impede sua restrição aos mecanismos puramente econômicos. [...] A história da desigualdade é moldada pela forma como os atores políticos, sociais e econômicos enxergam o que é justo e o que não é, assim como pela influência relativa de cada um desses atores e pelas escolhas coletivas que disso decorre. Ou seja, ela é fruto da combinação, do jogo de forças, dos atores envolvidos (PIKETTIY, 2014, p. 27).

Não se pode tomar o crescimento econômico por desenvolvimento humano e, menos ainda, como um índice para a redução das desigualdades de riqueza e renda. Como argumenta Piketty – e também o prêmio Nobel de economia em 2015, Angus Deaton (2013) – o principal elemento de convergência econômica (isto é, de redução das desigualdades de riqueza e renda e, portanto, estimulador do desenvolvimento humano) é a circulação e democratização do conhecimento; são as políticas de democratização da educação de qualidade. Eis a razão pela qual o presente artigo privilegia o tema fundamental da educação como mote para uma análise mais abrangente do programa apresentado pelo PMDB.

Os bancos fazem aplicações financeiras em papéis do governo, em vez de irrigar as atividades econômicas com empréstimos. Empresas produtivas, em vez de realizarem mais investimentos, aplicam também os excedentes em títulos do governo. Para Piketti (2014), se, além disso, a taxa de retorno do capital permanecer acima da taxa de crescimento por um período prolongado, há um risco muito alto de divergência na distribuição de renda.

A taxa real de juros para pessoa física pelo HSBC é de 63,42% no Brasil. Na Inglaterra é de 6,60% para pessoas jurídicas, que é mais grave em virtude de ser necessário fomento a atividades produtivas. A deformação estrutural do sistema financeiro é a financeirização mundial e o desinvestimento na capacidade produtiva. Vale ressaltar que de um terço à metade do PIB mundial estão aplicados em paraísos fiscais (DOWBOR, 2013; 2015).

4 FUTURO PARA QUEM?

A democracia brasileira, desde a colonização, é atravessada por relações de poder dominadoras que perpetuam desigualdades. No Brasil colônia, os direitos políticos se restringiam aos grandes latifundiários chamados de “homens bons” nas Câmaras Municipais, ou seja, o poder político pertencia aos donos de terras e de escravos. Com o advento da República (1889), permaneceu um sistema eleitoral oligárquico. Mesmo com a redemocratização brasileira (1985), diversos parlamentares são eleitos com amplo financiamento privado e “caixa dois”.

O Brasil realiza pouquíssimos plebiscitos e referendos, o que dá pouca chance do povo se manifestar em maioria por uma questão relevante. Assim sendo, por que o governo do PMDB não inaugurou uma nova etapa de participação popular através de plebiscitos e referendos? Por que não consultar os cidadãos, inclusive com análises por regiões, renda, escolaridade e outras variáveis, estimulando a democracia direta?

É de imensa importância perscrutar a principal metáfora – ou subterfúgio eufemístico para o sacrifício que deverá ser imposto aos trabalhadores brasileiros. Eis o que precisamos para chegar ao tão propalado “futuro”: um “teste” de resistência, um “teste” de sacrifícios. Senão vejamos.

A ideia, sempre presente em nossa história de que somos um “país do futuro”, combina uma realidade e uma expectativa que, juntos, nos ajudaram a transpor nossos dramas políticos e sociais, sem que a sociedade perdesse a coesão ou se envolvesse em conflitos destrutivos [...]. Esta expectativa esteve profundamente ancorada em nossa alma coletiva e de algum modo tem sido um dos nossos mais preciosos ativos históricos (PMDB, 2015, p. 3-4).

Sabe-se que o velho dito popular evocado – “o Brasil é um país do futuro” – refere-se ao postulado desenvolvimentista segundo o qual é necessário, em primeiro lugar, fazer a economia crescer para, só depois, distribuir renda e riqueza. Trata-se de uma versão secularizada do mito religioso do paraíso depois da morte; importa adiar o prazer, adiar o bem-estar no presente e sofrer as dores do trabalho duro, precário e mal remunerado para

que, no futuro, nossos filhos (ou netos, quiçá bisnetos) possam partilhar dos benefícios do desenvolvimento econômico. Sob esta perspectiva, a expectativa popular da chegada *futura* à terra prometida constitui, por assim dizer, um regulador social que evitou conflitos de classe e manteve a coesão (leia-se, a resignação dos trabalhadores explorados).

Com objetivo de equilibrar as contas públicas sem gerar aumento de impostos, *Uma Ponte para o Futuro* defende a ideia de que é preciso acabar com as vinculações constitucionais, como no caso dos gastos com a saúde e com a educação. Além de não falar sobre a taxação das grandes fortunas, da corrupção endêmica na política e do pagamento de juros compostos escorchantes aos bancos privados, o documento, apresentado no formato de cartilha, reforça o clichê pernicioso de que saúde e educação geram gastos e não investimento.

O governo provisório, ao nomear ministros citados pela justiça federal, além de declarar abertamente que sua tônica não é o aprofundamento das investigações sobre a corrupção na política, se posiciona abertamente para defendê-los por meio do foro privilegiado inerente aos cargos ministeriais. Como exemplo, temos a matéria veiculada pela Folha de São Paulo (VALENTE, 2016), que denuncia um dos líderes do governo interino de Michel Temer, o Senador Romero Jucá, então Ministro do MPOG, investigado na Operação Lava-Jato.

Um país de tamanho continental como o Brasil, com o recente descobrimento do pré-sal e com inúmeras possibilidades de exploração e de desenvolvimento de tecnologias, como a tecnologia de perfuração de poços de petróleo em águas profundas desenvolvida pela Petrobrás, não pode se curvar ao pressuposto de que “devemos nos preparar rapidamente para uma abertura comercial que torne nosso setor produtivo mais competitivo graças ao acesso a bens de capital, tecnologia e insumos importados” (PMDB, 2015, p. 17).

Parece que a subserviência à lógica do mercado externo e à necessidade de se

buscar fora e não acreditar que é possível produzir dentro do próprio país é um verdadeiro elogio à dependência econômica, política e tecnológica do Brasil. A quem interessa a subserviência em detrimento da liberdade de tecnologia e a autonomia científica? O PMDB cria factoides para, sorratamente e conspirativamente, abandonar a realidade que ajudou a construir.

O documento *Uma Ponte para o Futuro*, uma cegueira em face do passado e uma miopia diante do futuro, não só retrocede em relação aos ganhos sociais, mas inviabiliza e engessa a Educação, a Saúde, a Cultura e toda sorte de esperança para a população brasileira economicamente menos favorecida. O documento desloca a Educação de seu lugar estratégico na formação e na aquisição de substanciais e perenes mudanças de valores dos sujeitos em relação ao zelo e à aplicação de competências técnicas na construção e na manutenção de um modelo de sociedade mais crítica, reflexiva, justa, geradora de bem-estar social e ampla formação moral, para o lugar de instância acessória, promotora de prejuízo econômico, de gasto desnecessário, destituída de qualquer impacto na formação política, ética, moral, social, cultural e tecnológica de um país.

Embora elidida pela retórica sofisticada, o programa de redução do valor do trabalho em benefício de ampliação da remuneração do capital deixa revelar a crueldade economicista no ato falho da última frase do trecho. A resignação e ilusão de bem-estar futuro por parte dos trabalhadores tem constituído o maior de nossos “ativos” históricos. A linguagem econômica escancara o papel do povo trabalhador no programa de governo do PMDB: tratam-se todos de mero “ativo econômico”, não de pessoas com famílias e direitos sociais com vistas à qualidade de vida.

Para Silva (2005), a privatização das políticas sociais não decorre apenas das decisões econômicas baseadas no uso racional dos investimentos públicos. É mais que isso. É uma decisão política sustentada nas premissas neoliberais, pois tais atividades não são vistas como exclusivas do Estado, podendo ser entregues à iniciativa privada. A educação é vista como um grande negócio. É a mesma política neoliberal que foi apresentada ao

mundo no fim dos anos 80 e que tornou os governos nacionais mais fragilizados, dependentes e vulneráveis às decisões internacionais.

O acirramento do conflito estrutural entre capital e trabalho, na Europa e nos EUA, nas décadas de 70 e 80, potencializado pelas duas crises do petróleo, afetou o lucro das empresas multinacionais. Assim, reduziram os investimentos em direitos e políticas sociais considerados como custos. A forma encontrada para resolver a crise foi a minimização do Estado a fim de diminuir o endividamento público. A solução para a crise fiscal era o discurso de cortes orçamentários. Assim como o PMDB, através de *Uma Ponte para o Futuro*, o governo do ex-presidente Collor de Mello, no início dos anos 90, também utilizou a crise econômica como justificativa para terceirização. O governo Collor também se apoiou em medidas neoliberais e, na ocasião, as políticas sociais foram elevadas à categoria de privilégios (LOURENÇO, 2015).

O capitalismo financeiro se recusou a financiar os serviços públicos do Estado por meio de tributos. Usou a justificativa do corte de pessoal para manter a competitividade na economia de mercado. Quase quarenta anos depois, o discurso se repete na grande mídia (como a Rede Globo) e entre os intelectuais pró-mercado (Henrique Meirelles, Delfim Neto, Joaquim Levy). Em nenhum momento é discutida a regulação do imposto sobre grandes fortunas previsto na Constituição, o fortalecimento da Receita Federal no combate à sonegação, a ampliação do Bolsa Família como mecanismo anticíclico de transferência de renda para estimular economias regionais, a interiorização das Universidades e Institutos Federais, o fortalecimento da Embrapa, Fiocruz e a diminuição dos gastos parlamentares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM SISTEMA ECONÔMICO SEM CLASSE TRABALHADORA

A negação da história e dos condicionamentos que ela impõe à vida no presente constitui uma regularidade do pensamento conservador e reacionário que

frequentemente a ela se contrapõe por meio de uma evocação ufanista de um “futuro glorioso” (numa típica atualização secular do mito religioso da felicidade póstuma ao cabo de uma vida de sacrifícios). Ao final deste escrutínio crítico do programa *Uma ponte para o futuro*, é prudente olhar, uma vez mais para o passado.

Piketty (2014, p. 558) afirma que o engajamento:

Não pode se contentar de ser feito em nome de grandes princípios abstratos (a justiça, a democracia, a paz no mundo), mas deve se manifestar nas escolhas, nas instituições e nas políticas precisas, quer se trate do Estado social, dos impostos ou da dívida. Todo mundo faz política a seu modo. Não há, de um lado, uma fina elite de responsáveis políticos e, de outros, um exército de comentadores e espectadores, bons apenas para inserir seus votos nas urnas uma vez a cada ano eleitoral.

No Brasil, temos uma divisão do mercado globalizado corresponde a uma diferença da natureza e do valor social do trabalho no centro e na periferia do sistema mundial. A tese da escola dualista (BAUDELOT; ESTABLET, 1979) acerca do sistema nacional tornou-se modelo da distribuição internacional do conhecimento. Disso decorre um baixíssimo valor social do trabalho nos países do cone sul, como o Brasil. Essa desvalorização depende fundamentalmente de uma brutal redução empobrecedora do sistema educacional, convertido em mero treinamento ocupacional precário na educação básica e em pesquisa elementar de inovação mercantil, no sistema universitário.

A leitura do programa na íntegra permite, em suma, identificar as regularidades históricas que perpassam a vasta duração que compreende do Brasil colônia aos dias atuais. Pelo programa que defendem, pode-se supor que são os herdeiros daquelas velhas oligarquias nacionais os que hoje chegam ao governo federal mediante um golpe jurídico-parlamentar-midiático. A elite econômica brasileira, tal como seus antecessores genealógicos, as oligarquias coloniais (que concebiam os escravos como mera força de trabalho), concebem os trabalhadores brasileiros meramente como parte do que Marx denominava “forças produtivas”. As relações de produção constituem privilégio da elite. Daí que, por exemplo, estas relações, em escala internacional, sejam preferencialmente

estabelecidas com os países centrais do capitalismo, em detrimento do Mercosul, que é território da força de trabalho, pertencente apenas às forças produtivas.

Neste projeto não pode mesmo haver lugar para um projeto soberano de educação. Por um lado, a ascensão da escolarização eleva também o valor da força de trabalho e não pode haver nada mais avesso do que isso ao projeto em foco. Por outro, como a ciência e tecnologia constituem prerrogativa dos países centrais do capitalismo, é este – desde os tempos de colônia – o território preferencial de formação universitária, no contexto das estratégias educativas das elites brasileiras (CANÊDO; TOMIZAKI, 2013).

O PMDB, em seu programa partidário, afirma:

A inserção do Brasil no mundo moderno pressupõe o avanço científico e tecnológico que se obtém com oferta de educação pública e gratuita de qualidade conquistada e efetivada em todos os níveis. Para o PMDB, a qualidade e a equidade necessárias ao sistema educacional pressupõem a universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo, para que todos tenham satisfeitas suas necessidades de aprendizagem com vistas ao exercício pleno da cidadania, com garantia de atenção integral às crianças e aos jovens. O fortalecimento da educação será obtido mediante garantia dos recursos necessários a um desempenho escolar de qualidade, parcerias e compromissos entre a União, os Estados e Municípios, e as comunidades interessadas [...]. Investimentos em educação são a grande responsabilidade do Estado para a obtenção de qualidade do ensino, financiamento à pesquisa, treinamento e elevação do nível de qualificação da força de trabalho. O PMDB resgatará os percentuais determinados pela Constituição para manutenção e desenvolvimento do ensino (PMDB, 2012).

É isso que o PMDB está realmente defendendo em 2016? Kant (1968), ao tratar do suporte direito de mentir por amor à humanidade, responde a Benjamim Constant que não devemos mentir porque se a mentira se tornar uma lei universal não haverá sociedade. Não teremos contratos, negócios e tampouco relações jurídicas seguras. Assim, Kant (1968) afirma que a verdade é um dever de todas as relações já que é um mandamento universal da razão. Parece que o PMDB, parafraseando o texto de Kant, está criando um suposto direito de mentir por amor à economia.

Somos esclarecidos ao aceitar passivamente *Uma ponte para o futuro?* Somos

esclarecidos ao aceitar um governo sem legitimidade ou estamos na minoridade dependendo dos tutores do PMDB para decidirmos o futuro do Brasil? Kant (1977) afirma que o homem na minoridade é preguiçoso e covarde. Dar um passo para o esclarecimento (*Aufklärung*) é reconhecer que o projeto *Uma ponte para o futuro* não é um passaporte para o futuro, mas uma resposta do Brasil ao grande capital.

A tentativa do PMDB de iluminar (esclarecer) a realidade com a razão instrumental, que corrigiria os rumos econômicos com Henrique Meirelles e demais economistas, é uma recaída no mito da ciência e do progresso. É o mito do futuro.



REFERÊNCIAS

BARROS, Mariana. Engasgou na largada. **Veja**, São Paulo, edição 2479, n. 21, 25 maio 2016. p. 48-49.

BAUDELOT, Christian e ESTABLET, Roger. **L'école primaire... um dossier**. Paris: Maspero, 1979.

BOSCHETTI, Ivanete. Políticas de desenvolvimento econômico e implicações para as políticas sociais. **SER Social**, Brasília, v. 15, n. 33, p. 261-384, jul./dez. 2013.

BOURDIEU, Pierre. Sur le pouvoir symbolique. **Annales**, Paris, v. 32, n. 3, p. 405-411, maio/jun. 1977.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. 140 p.

BRASIL. Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013. Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal; altera a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 set. 2013.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25

jun. 2014.

BRASIL 247. **Novo ministro fala em guerra contra o MST.** 2016. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/231644/Novo-ministro-fala-em-guerra-contra-o-MST.htm>>. Acesso em: 13 mai. 2016.

CANÊDO, Letícia; TOMIZAKI, Kimi; GARCIA JR., Afrânio. **Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização.** São Paulo: Hucitec-Fapesp, 2013.

COURA, Kalleo. A hora do enigma. **Veja**, São Paulo, edição 2480, n. 22, 1 jun. 2016. p. 47.

DEATON, Angus. **The great escape: health, wealth, and the origins of inequality.** Princeton: Princeton University Press, 2013.

DOWBOR, Ladislau. **Os estranhos caminhos de nosso dinheiro.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

_____. O sistema financeiro atual trava o desenvolvimento econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 83, p. 263-278, 2015.

FATTORELLI, Maria Lucia. **Auditoria cidadã da dívida dos Estados.** Brasília: Inove, 2013.

KANT, Immanuel. Über ein vermeintes Recht aus Menschenliebe zu lügen. In: **Schriften zur Ethik und Religionsphilosophie.** Zweiter Teil, Werke in zehn Bänden, hrsg. v. Wilhelm Weischedel. Darmstadt, 1968.

_____. Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung? In: **Schriften zur Anthropologie, Geschichtsphilosophie, Politik und Pädagogik I.** Frankfurt: Suhrkamp, 1977.

_____. Die metaphysik der sitten. **Erster theil: metaphysische anfangsgründe der rechtslehre.** 1797. Lisboa: Edições 70, 2004.

LOCKE, John. **A letter concerning toleration.** Indianapolis: Hackett, 1983.

_____. **Two treatises of government.** 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. Terceirização: a destruição de direitos e a destruição da saúde dos trabalhadores. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 123, p. 447-475, 2015.

MARCELINO, Fernando. Michel Temer pretende reativar o SNI para combater inimigo interno e criar uma aparência de legitimidade. **Blog do Sul21.** Porto Alegre, RS, 2016. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/michel-temer-pretende-reativar-o-sni-para-combater-inimigo-interno-e-criar-uma-aparencia-de-legitimidade-por-fernando->

marcelino/>. Acesso em: 13 mai. 2016.

MARX, Karl. **Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie**. Berlin: Karl Dietz Verlag Berlin, 2007.

MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL (MCCE). **Políticos cassados por corrupção eleitoral**. Disponível em: <<http://www.prpa.mpf.mp.br/institucional/prpa/campanhas/politicoscassadosdossie.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB). **Programa Partidário Democracia com Desenvolvimento**: novo programa doutrinário do PMDB. Brasília, 11 jun. 2012.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB). **Uma ponte para o futuro**. Brasília, 29 out. 2015.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RAWLS, John. A theory of justice. Cambridge: Harvard University Press, 2005.

ROCHA, Lia de Mattos. **Uma favela “diferente” das outras?** Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Quartet; FAPERJ, 2013.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Oeuvres complètes 3**. Du contrat social; Écrits politiques. Paris, Gallimard, 1991.

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis e SGUISSARDI, Valdemar. A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e privação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 5-27, 2005.

SILVA, Maria Abádia da. O Consenso de Washington e a privatização da educação brasileira. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 255-264, jan./jun. 2005.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. Temerianas. **Veja**, São Paulo, edição 2479, n. 21, 25 maio 2016. p. 122.

UOL. **Cúpula do PMDB é investigada em casos de corrupção**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/listas/cupula-do-pmdb-e-investigada-em-processos-de-corrupcao.htm>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

VALENTE, Rubens. **Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato**. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>. Acesso em: 23 mai. 2016.

WEBER, Max. **Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik**, Tübingen 1924, 2. Auflage, 1988.

MATTOS, Rafael da Silva et al. O futuro do pretérito na educação brasileira: declinações dos direitos sociais sob a égide de “uma ponte para o futuro”. **RBSD – Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 3., n. 1, p. 171-193, jan./abr. 2016.

Recebido em: 10/07/2016

Aprovado em: 02/08/2016